

Valor Econômico

Queda-de-braço no complexo do Rio Madeira

Claudia Safatle

A construção do complexo hidrelétrico do Rio Madeira "está decidida", afiança o presidente do BNDES, Guido Mantega. "A decisão já está tomada pelo presidente Lula. Não tem discussão", enfatiza. Obra superpolêmica, o megaprojeto de 6.450 MW (uma meia Itaipu), estimado em R\$ 20 bilhões é, segundo ele, o "filé mignon" dos projetos de expansão da oferta de energia no país para o longo prazo, 2010, 2011. Ontem, Lula esteve com os governadores do Acre, Jorge Viana, Amazônia, Eduardo Braga, e Rondônia, Ivo Cassol, tratando exatamente da participação dos Estados nos leilões das usinas que o governo quer realizar ainda neste semestre.

Apesar de Mantega adiantar que o presidente da República já arbitrou em favor da construção das usinas, há muitas dúvidas sobre sua viabilidade técnica e financeira; enormes temores da equipe econômica do governo quanto ao seu impacto fiscal; e pouco entusiasmo do setor privado. O projeto envolve a construção de duas hidrelétricas, a de Jirau (3.300 MW) e a de Santo Antônio (3.150 MW), em dois trechos do rio.

Depois de submetida uma proposta preliminar à avaliação dos técnicos especialistas em finanças públicas, a conclusão foi simples e direta: "Essa obra não cabe no Estado brasileiro", atestou um graduado funcionário do governo. "É um megaprojeto megalômano", endossa **Claudio Salles**, presidente da **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE)**. "Já há concessões para 5 mil MW na região, de projetos mais avançados na análise ambiental e mais próximos aos centros de consumo. Há soluções mais econômicas para o consumidor brasileiro", conclui. O preço estimado do complexo é de R\$ 160 MWh, sendo R\$ 120 de geração e R\$ 40 de transmissão. No leilão de energia nova em dezembro o preço máximo foi de R\$ 132,30 MWh para entrega em 2008.

Mantega sustenta, porém, que o complexo do Rio Madeira traz uma série de vantagens. O primeiro passo é a obtenção da licença ambiental prévia, que ele aguarda para maio e acha que isso não será problema, pois trata-se de uma obra pouco agressiva. "Não será preciso alagar uma área grande e não há reservas ambientais nem indígenas na região". As duas usinas vão praticamente equacionar o abastecimento de energia na Região Norte, permitindo a integração da região a todo o sistema de energia nacional.

Outra vantagem, prossegue Mantega, é que as usinas vão reduzir em R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões os encargos da conta CCC (Conta de Consumo de Combustível), estimada em cerca de R\$ 4,5 bilhões este ano, que se refere ao subsídio cruzado ao óleo diesel consumido no Norte do país. O que está sendo discutido agora, informa o presidente do BNDES, é qual o melhor projeto técnico. "O Ministério das Minas e Energia e o BNDES já têm toda uma análise. Não vai ter problema", salienta. A Casa Civil também apóia essa obra, cuja concepção é singular. Como a queda d'água do rio é pequena, em torno de 15 metros, vai se utilizar um novo tipo de turbina, a Bulbo, submersa, horizontal. O que não é nada trivial. A maior turbina Bulbo em funcionamento no mundo é de 40 MW, **lembra Salles**. As 88 turbinas previstas para as duas usinas seriam de 80 MW cada e todas construídas pela indústria doméstica. Mantega avalia que só essas encomendas vão gerar cerca de 15 mil novos empregos no país.

O BNDES pretende entrar financiando de 30% a 40% do projeto. "Nossa participação deverá ser de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões", adianta o presidente do banco. Cálculos preliminares apontam para um investimento em torno de R\$ 20 bilhões. "Se tirarmos as eclusas, que não precisam ser feitas agora, o custo cai para uns R\$ 18 bilhões ou menos". Ele já conversou com a direção da CAF (Corporação Andina de Fomento), que está interessada em financiar projetos no Brasil, "está sobrando dinheiro lá", e pretende mostrá-lo ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

"Tem alguns falando bobagens. Dizem que é um projeto de grande impacto fiscal. Não há impacto fiscal algum, pois vai ficar sob controle privado. O único impacto fiscal que poderia ter é se fossem feitas as eclusas para tornar o rio navegável, mas isso pode ficar para uma segunda etapa. No

primeiro momento, portanto, não entra no orçamento do governo. Vamos oferecê-lo ao setor privado. É claro que Furnas pode participar, se faltar interessados. Senão, nem precisa participar".

Na modelagem que está sendo discutida, seriam criadas duas Sociedades de Propósito Específico (SPE), uma para cada usina. A participação seria aberta a grupos privados e a bancos estrangeiros, que entrariam na licitação pública. "Vamos tentar reduzir ao máximo os custos, implantar governança corporativa. É um projeto que tem que ser auto-sustentável", enfatiza o presidente do BNDES. "Acho um projeto belíssimo. Como não tem problemas ambientais, pode começar a obra no ano que vem e em três anos já vai estar gerando caixa", diz entusiasmado.

"Outra besteira que se diz é que ele é longe das fontes de consumo. Isso não é verdade. A 200 km tem a cidade de Porto Velho. O complexo vai abastecer todas as capitais da Região Norte. Então, não sei qual é o problema", rebate Mantega.

"O governo diz que o projeto será 49% estatal e 51% privado, mas o setor privado não vai se envolver nisso porque o risco é gigantesco", sublinha Salles. "Não conheço, na história de projetos estatais, um que tenha sido executado ao custo e prazo projetados". Tucuruí, por exemplo, custou 77% a mais do que o originalmente orçado, lembra ele.

Para uma eventual participação o setor privado deverá exigir alguma garantia do Tesouro Nacional; não se sabe o custo das obras compensatórias para a concessão da licença ambiental, assim como não foi ainda desenvolvido o novo modelo de turbina.

Como há mais dúvidas e temores do que convicções; como o Estado brasileiro não dispõe de recursos para tocar uma obra dessa envergadura; e como o país não vive mais nos tempos em que o presidente da República, sem consultar ninguém, decidia construir a Transamazônica, é prudente tomar a decisão sem açodamento para que esse não seja mais um problema do que uma solução para a oferta futura de energia.